



Olhares sobre o universo dos jornalistas em Portugal e no Brasil: uma perspectiva comparada¹

Fernanda Lima Lopes²
Liliana Ribeiro Pacheco³

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Este artigo parte do cruzamento entre duas investigações sobre a identidade do jornalista - uma de viés mais sociológico, realizada em Portugal por uma equipe do CIES-ISCTE/IUL, e outra, integrada no doutorado de Comunicação da UFRJ com o foco sobre o Brasil, - e procura identificar pontos de convergência e dispersão da profissão entre os dois países. Ao fazer isso, apresenta olhares e dados ainda inéditos. Levou-se em conta aspectos como a evolução do número de jornalistas ao longo do tempo, a formação superior enquanto veículo de acesso à profissão, a sindicalização, as referências derivadas da atuação prática, etc. O trabalho também procura tecer críticas às metodologias quantitativas, apontando possíveis lacunas que precisam ser abordadas em olhares cuidadosos sobre o universo jornalístico.

Palavras-chave

Jornalistas; análise quantitativa; identidade profissional.

Apresentação

A temática da identidade do jornalista tem sido objeto de estudos no Brasil e em Portugal. Alguns trabalhos portugueses sobre o assunto, como o livro do professor da Universidade Nova de Lisboa Nelson Traquina (2005) acerca da comunidade jornalística, são bastante conhecidos entre os pesquisadores brasileiros da área de Comunicação. Há, porém, outros estudos, com diferentes perspectivas, que não foram divulgados no Brasil com a mesma intensidade.

O presente trabalho apresenta, na primeira parte, alguns resultados ainda inéditos de um projeto de investigação do Instituto Universitário de Lisboa que procurou traçar o

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Com. e Cultura pela mesma instituição e graduada em Com.Social/Jornalismo pela UFMG. Na época de redação deste trabalho, era bolsista do CNPq na modalidade doutorado sanduíche e investigadora convidada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail: ferdynanda@yahoo.com

³ Assistente de investigação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL, Lisboa, Portugal no PTDC/CCI-JOR/100443/2008 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Mestranda em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do ISCTE/IUL. E-mail: lilianaribeirorpacheco@gmail.com



perfil sociológico do jornalista português. Em Outubro de 2010, o grupo de pesquisa responsável por tal iniciativa acolheu, como investigadora convidada, uma doutoranda da UFRJ em regime de doutorado sanduíche. Nos diálogos e trocas teóricas desse contexto, foram pontuados vários pontos de contato entre as pesquisas desenvolvidas no Cies-ISCTE/IUL e na UFRJ, embora situadas em áreas diferentes – sociologia e comunicação, respectivamente. Mas também se perceberam divergências a respeito dos diferentes modos de aproximação com o objeto de estudo.

A segunda parte deste trabalho reúne um conjunto de reflexões elaboradas a partir do esforço comparativo entre as duas pesquisas, além de apresentar analiticamente alguns dados quantitativos relativos aos jornalistas no Brasil. Em relação a esses dados, são discutidos problemas e incongruências advindas desde a fonte primária. O artigo também identifica, no Brasil, uma carência de estudos quantitativos acerca do universo jornalístico – mesmo sob o viés estritamente profissional e, por fim, sugere alguns levantamentos e abordagens que poderiam ser feitos para preencher essas lacunas no conhecimento da identidade desse profissional.

O perfil sociológico do jornalista português

Entre 2005 e 2008, um núcleo de pesquisa do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES, do Instituto Universitário de Lisboa ISCTE/IUL desenvolveu um projeto que pretendeu traçar o perfil sociológico do jornalista português e que também objetivou estreitar relações entre a universidade e o meio jornalístico. Composto por professores do Instituto, doutorandos de sociologia e, ainda, mestres em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, o grupo caracterizou-se pelo fato de muitos de seus integrantes serem, também, jornalistas. Se, por um lado, tal configuração apontava para a realização de um trabalho autorreferencial, sob o risco da acusação de mera endogenia, por outro lado, a pesquisa demonstrou um genuíno esforço científico pela aplicação de metodologias sociológicas, pelo olhar ampliado e contextualizado sobre uma realidade sociocultural complexa, pela insistente postura crítica, pelos ímpetos questionadores. Ademais, vale ressaltar a relevância de tal pesquisa para a comunidade científica, dada a importância de aprofundar o conhecimento sobre um grupo socioprofissional que está em constante recomposição e que tem um papel fundamental na construção da opinião pública.



À data do início do estudo, isto é, 2005, os dados existentes sobre a profissão de jornalista em Portugal resultavam de inquéritos à classe – um de 1987, outro de 1997⁴ – realizados sob a alçada do Sindicato de Jornalistas de Portugal. Ambos usaram o método de sondagem, diferente do perfil realizado no CIES, que pretendeu abranger o universo total dos jornalistas portugueses.

Para dar conta de tamanha dimensão, a pesquisa combinou duas metodologias: análise quantitativa de dados caracterizadores do grupo profissional e entrevistas semi-diretivas com jornalistas na ativa, desempregados, estagiários e aposentados. Os índices numéricos foram fornecidos pela Comissão pela Carteira Profissional de Jornalista e pelo Sindicato de Jornalistas, com valores atualizados até o ano de 2006. Esses valores deram origem a uma base de dados sobre jornalistas credenciados para exercer a profissão em órgãos de comunicação social de difusão nacional ou local/regional. Do respectivo tratamento estatístico, obtiveram-se resultados que serão mostrados posteriormente.

Em relação às entrevistas com jornalistas, foram concebidas segundo o modelo aplicado na França por um grupo coordenado por Pierre Bourdieu e que deu origem ao livro intitulado *La Misère du Monde* (1993). Elas permitiram conhecer representações construída pelos próprios jornalistas, manifestadas nas histórias de vida narradas em primeira pessoa: imagens guardadas da época em que começaram a sua atividade profissional; referências a colegas, chefes, situações; crenças; opiniões; modelo de comportamento; aspirações. Em suma, foi possível encontrar respostas para questões como: qual a origem social dos jornalistas? Como visualizam sua própria profissão? E o futuro dela? Como gerem as relações hierárquicas? Como são as relações entre “colegas de ofício”? Que ética e deontologia defendem?

A estratégia dos pesquisadores na realização das entrevistas foi buscar conseguir alguma uniformização, e tentar obter respostas suscetíveis a leituras transversais sem, no entanto, afetar a espontaneidade dos entrevistados. Procurou-se, também, aproveitar a capacidade dos entrevistadores, também eles, na sua maioria, jornalistas de longo tempo de experiência.

Ainda sobre as entrevistas, o grupo de pesquisadores conduziu a captação e a sistematização dos dados dessa amostra, observando aspectos do rigor das ciências sociais. Enfatizaram, portanto, o “dito”, usando muitas vezes, como instrumento o

⁴ Coordenados respectivamente por José Manuel Paquete de Oliveira e José Luiz Garcia, o primeiro foi apresentado em 1991 no I Encontro Nacional de Jornalistas e o outro em 1998, no III Encontro.

discurso direto dos entrevistados. Para evitar a reprodução exaustiva dos conteúdos registrados e permitir textos mais sintéticos e fluidos, sintetizaram algumas falas, com passagens mais analíticas ou ensaísticas. Expuseram o ambiente em que a conversa decorreu e, também, as singularidades do discurso do entrevistado, reflexo dos quadros de referência deste.

A partir da base de dados, foi possível criar uma tabela com classificações que serviram de base para a escolha dos entrevistados segundo o critério de representatividade. Assim, os entrevistados incluíam o jornalista “celebridade”; o jovem; o desempregado de longa duração; o freelancer; o estagiário; o repórter especial; o formador de opinião; o apresentador/pivot; o jornalista professor; o provedor de leitores (ombudsman); o aposentado com percurso profissional assinalável; o que migrou para outras áreas da comunicação (publicidade, relações públicas); o “doutrinário”, isto é, trabalhador em meios de comunicação explicitamente ligados a organizações políticas; o de imprensa gratuita; o de direção, jovem e com rápida ascensão; o de direção com experiência; o correspondente estrangeiro; o com origem e experiência nas ex-colônias; a mulher; jornalista especializado em tema (economia, automóvel, revista feminina etc); jornalistas de imprensa confessional, bem como os de imprensa local ou regional; os jornalistas por geração (os ingressantes na profissão antes de 1974, antes da censura; os pós 25 de Abril; os englobados entre 1986-2000); jornalistas ligados à reivindicação de classe; jornalistas de minoria étnica; jornalistas de diferentes formações (autodidata, nível básico ou secundário, formação superior, doutorado).

A comparação dos dados do perfil sociológico com os estudos anteriores mostrou um crescimento triplicado da quantidade de jornalistas titulares de carteira profissional (FIG.1).

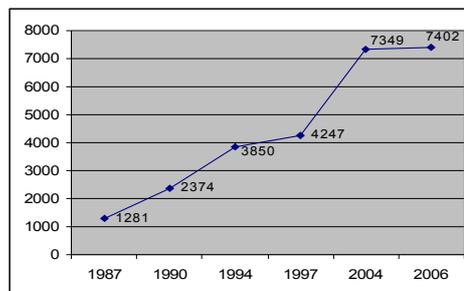


FIGURA 1 - Evolução do número de jornalistas (1987 – 2006)

FONTE: Perfil sociológico do jornalista português ISCTE/IUL (no prelo)

Do total de 7.042 jornalistas com registro profissional, 41% eram mulheres e 59% homens. A pesquisa identificou uma feminização da profissão, já que a taxa de 20 anos antes era de 19,8% de mulheres. Percebeu, também, que essa tendência não chegou ao nível de chefia, já que 80% dos titulares de cargos desse patamar eram homens. Em relação à idade, os pesquisadores classificaram o jornalismo como uma profissão jovem, sendo que 70% deles tinham entre 25 e 44 anos. O desemprego foi cotado em 5%, enquanto 15% identificaram-se como trabalhadores freelancers. Verificou-se uma taxa de sindicalização de 65% entre eles. As habilitações acadêmicas e taxa de escolaridade dos jornalistas portugueses foram representadas no gráfico abaixo (FIG. 2):

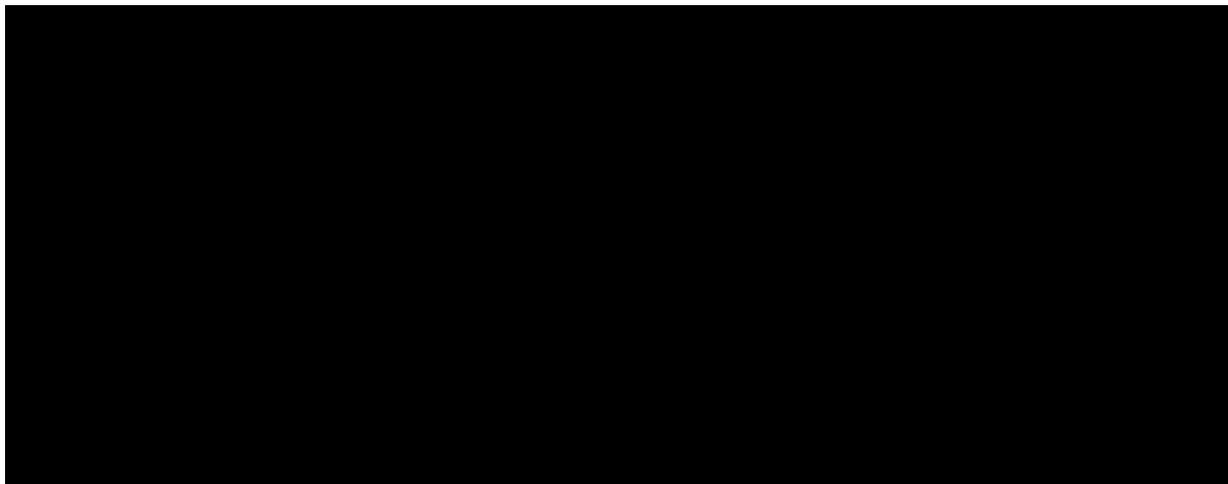


FIGURA 2 – Taxa de escolaridade dos jornalistas portugueses

FONTE: Perfil sociológico do jornalista português ISCTE/IUL (no prelo)

Sobre a distribuição dos jornalistas por meios de comunicação social, verificou-se uma estabilidade entre os três principais meios (imprensa escrita, rádio e TV), na comparação dos três períodos, embora os pesquisadores ressaltem que houve uma queda relativa do peso da imprensa escrita, principalmente entre 1990 e 1997 (TAB.1):

TABELA 1

Evolução da percentagem de jornalistas na imprensa escrita, rádio e TV em relação ao conjunto dos meios

MEIO	1990 - % válida	1997 - % válida	2006 - % válida
Imprensa escrita	67,3	61,3	59,2
Rádio	17,9	18,5	12,9
TV	14,7	14,6	15,5

FONTE: Perfil sociológico do jornalista português ISCTE/IUL (no prelo)

É interessante destacar, também, que o estudo direcionou atenção a membros do universo de jornalistas de Portugal, mas que não eram necessariamente portugueses.

Devido à significativa presença de imigrantes no território português, sobretudo brasileiros e de países africanos de língua portuguesa, essas pessoas também foram levadas em conta na análise (FIG.3). Os estrangeiros somavam 194 jornalistas dentro do universo total, logo a percentagem de jornalistas estrangeiros a exercer a atividade em Portugal era de 2,6%.

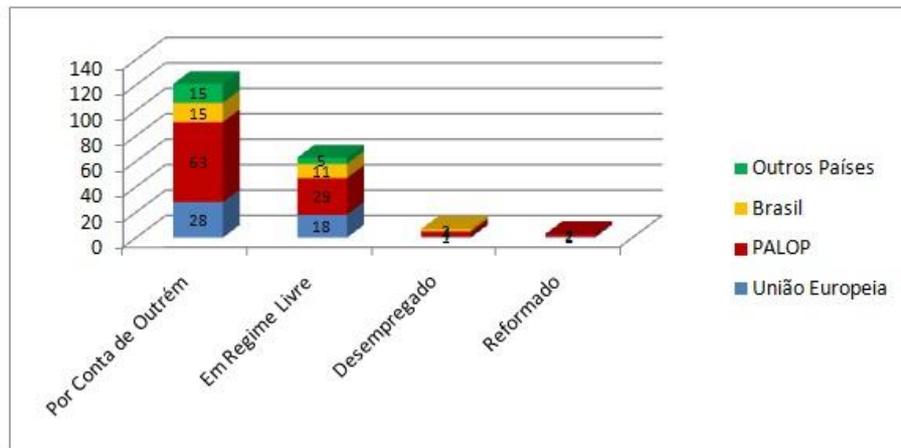


FIGURA 3 - Situação profissional de jornalistas estrangeiros
FONTE: Perfil sociológico do jornalista português ISCTE/IUL (no prelo)

Além do panorama oferecido pelos dados estatísticos, a pesquisa do CIES sobre o perfil sociológico do jornalista português abrangeu a coletânea de entrevistas realizadas com diferentes jornalistas que apresentaram sua visão de mundo, focalizando principalmente o âmbito pessoal da trajetória na profissão. Esse conjunto de informações permitiu níveis analíticos mais específicos. Os dados, gráficos e outros conteúdos dessa investigação usado no presente texto só estão disponíveis para os componentes do grupo de pesquisa que a desenvolveu. Porém, a divulgação dos resultados desse trabalho está prevista para 2011, com o lançamento de um site (<http://perfildojornalista.eusou.com/pt>), além de um livro que está sendo editado pela editora Gradiva, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

No espaço reduzido de um artigo não é possível esmiuçar os detalhes de uma investigação tão extensa. De qualquer forma, o que foi mostrado é suficiente para mostrar que a realização de um trabalho nesses moldes, assim como a constituição daquele grupo de pesquisadores que o levou a cabo, revelou tanto o interesse da comunidade científica em olhar para uma profissão de tamanho relevo social quanto a aproximação desse universo profissional com o universo acadêmico. A abertura bilateral tornou mais visível e frutífero o reconhecimento mútuo do prestígio de ambas.



Além disso, desdobrou-se na elaboração de um projeto consecutivo, com o objetivo de se debruçar sobre as novas gerações de jornalistas em Portugal, nomeadamente os que ingressaram na profissão na primeira década do século XXI.

Jornalistas profissionais brasileiros no início do século XXI

No Brasil, a comunidade científica da área da Comunicação também procura estudar a identidade do jornalista e, nesse sentido, muitos trabalhos foram e continuam sendo produzidos, embora uma boa parte tenha caráter ensaístico, baseada, sobretudo, na releitura de referenciais bibliográficos e na interpretação de discursos midiáticos. Outra característica é que um número considerável de trabalhos possui foco muito restrito: uma região do país, um dado tipo de atuação profissional, um determinado segmento temático, um veículo de comunicação específico, um único personagem da imprensa brasileira. A particularização pode ser bastante perigosa quando tende a negligenciar ou minimizar a visão de conjunto e a noção de processo histórico. Por outro lado, abordagens singularizadas permitem o aprofundamento sobre temas que não seriam tratados com tanto cuidado e rigor fora do âmbito acadêmico. De qualquer modo, é importante pontuar que há raríssimas fontes capazes de oferecer um panorama nacional, global, sobre os jornalistas brasileiros, como conseguiu a pesquisa do CIES sobre o perfil sociológico do jornalista português.

Dadas as diferenças entre esses dois países em termos de dimensão territorial, certamente uma abordagem do conjunto total dos jornalistas brasileiros se mostra muito mais difícil de operacionalizar. Contudo, em face da carência de tal panorama numérico no Brasil, uma iniciativa empreendida para tratar do tema do ponto de vista quantitativo seria bastante frutífera a toda a comunidade acadêmica, já que um trabalho de tal abrangência oferece suporte, pontos de partida e valores de referência para pesquisas mais exploratórias e direcionadas a universos de análise mais particulares.

Sem a pretensão de, individualmente, dar conta de cumprir o mesmo volume de trabalho que o grupo de pesquisadores portugueses levou três anos para fazer, este artigo procura trabalhar alguns dados do universo jornalístico brasileiro, apresentando estatisticamente algumas análises possíveis. Também busca fazer algumas comparações entre a realidade portuguesa e brasileira.

Ao mesmo tempo, pretende refletir sobre desafios e possibilidades com que a comunidade acadêmica e os jornalistas no Brasil se deparam para conhecer a realidade social da profissão, uma dimensão fundamental a ser estudada pelos que pesquisam a

identidade do jornalista. Antes de prosseguir, porém, cabe um aparte para esclarecer que a investigação sobre a identidade jornalística não se resume a esse tópico; outros âmbitos relevantíssimos precisam ser considerados⁵.

O dado global mais recente acerca da quantidade de jornalistas no Brasil foi divulgado em abril de 2009 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que contabilizou quase 80 mil pessoas detentoras de registro profissional de jornalista no país. Embora a base de dados do MTE possa ser considerada uma importante fonte de pesquisa, já que é a única contabilidade de tamanha abrangência, se olhada mais de perto, ela parece conter uma série de inconsistências, a começar pela ausência do registro de algumas pessoas que são grandes símbolos do jornalismo brasileiro, como William Bonner e Fátima Bernardes, casal apresentador do Jornal Nacional da Rede Globo, um dos mais importantes do país. As dúvidas são: quantos outros jornalistas estão fora dessa contabilidade? Porquê?

De qualquer forma, a partir daquela lista de nomes, foi possível promover algumas classificações para serem dispostas e analisadas neste artigo. O primeiro cruzamento de dados diz respeito à distribuição geográfica dos jornalistas (TAB.2 e FIG.4), consonante com a própria distribuição populacional no país, além de coerente com a já conhecida concentração de empresas de mídia no sudeste.

TABELA 2
Distribuição dos jornalistas com registro por região do país

Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centroeste	Sem classificação	TOTAL
1.908	12.894	8.801	44.484	10.688	1.158	79.933
2,4%	16,1%	11%	55,6%	13,4%	1,5%	100%

FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil. A tabela é uma construção exclusiva para este artigo.

⁵ Reflexões sobre alguns tópicos específicos já foram abordados em trabalhos anteriores de uma das autoras. Cf. LOPES, 2007; 2009; 2010.

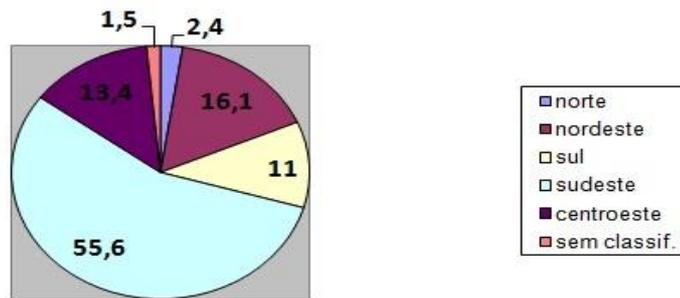


FIGURA 4 - Percentual de registros profissionais de jornalistas por região do Brasil
 FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil. O gráfico foi produzido exclusivamente para este artigo.

A lista do MTE continha informações que também permitiram a separação dos dados segundo o critério temporal, oferecendo uma visão acerca de quantos registros foram concedidos em cada época (TAB 3 e FIG.5).

TABELA 3
Registros profissionais de jornalistas concedidos por décadas

Até 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não clas.	TOTAL
3.650	1.637	996	2.786	7.385	7.045	54.588	1.846	79.933
4,5%	2%	1,2%	3,5%	9,3%	8,8%	68,4%	2,3%	100%

FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil. A tabela foi produzida exclusivamente para este artigo.

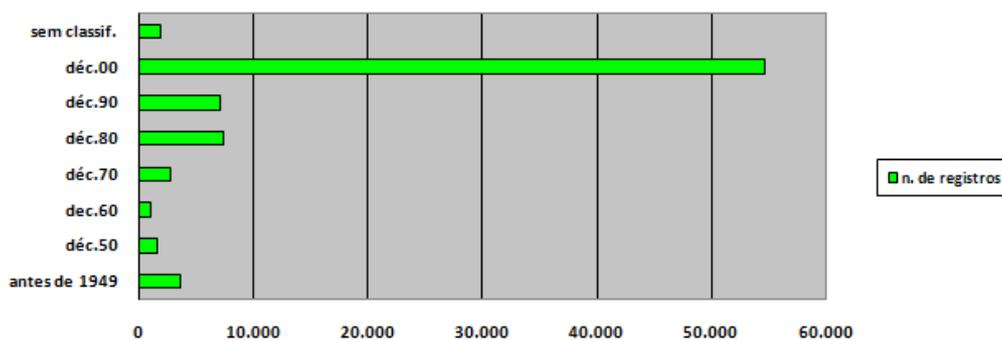


FIGURA 5 – Número de registros profissionais de jornalistas concedidos em cada década
 FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil.

Entretanto, ao nos depararmos com registros profissionais de tão longa data, por exemplo, de 1938, 1939, desconfiamos boa parte desses jornalistas já faleceram. A questão da morte aplica-se, obviamente, a indivíduos de todos os períodos, de modo que



é necessário considerar a existência de um desvio numérico dessa natureza, embora não se possa mensurá-lo.

Apesar disso, consideramos que a contabilidade feita a partir dos dados do MTE ainda apresenta uma perspectiva satisfatória sobre a totalidade de jornalistas com registro profissional efetivamente existentes, já que quase 80% dos registros foram concedidos a partir dos últimos 18 anos. Porém, se esse mesmo modelo de contagem continuar a ser feito pelo ministério, daqui a alguns anos esse tipo de levantamento estará radicalmente discrepante da realidade, não servindo como referência estatística para representar o universo dos “jornalistas brasileiros”.

Outrossim, a totalidade dos jornalistas no Brasil também inclui os que não possuem registro profissional – e que, portanto, não constam na lista do MTE –, mas que atuam no âmbito das práticas jornalísticas, ou realizam tarefas que são identificadas como jornalismo e, conseqüentemente, se autodenominam como tais. Também a pesquisa portuguesa deixou de contabilizar esse contingente, já que conjugou dados provenientes de dois tipos de fonte: o Sindicato de Jornalistas e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

De fato, é mesmo muito difícil quantificar esse universo volátil, impreciso e subjetivo. Mas ele existe. Um fato curioso a respeito da contabilização dos jornalistas com base na autodefinição é que apenas na plataforma www.blogger.com, o campo “profissão” do perfil pessoal foi preenchido com a palavra “jornalista” por mais de 1 milhão e 200 mil pessoas. Com a palavra “journalist”, houve cerca de 103 mil registros e com a palavra “periodista”, havia 418 mil perfis⁶. Embora não seja possível precisar a nacionalidade dos proprietários de blog a partir deste critério, vale destacar que é no mínimo espantoso que haja tantos blogs cujos autores tenham referido a si mesmos em português como jornalistas em comparação com os que o fizeram em inglês e espanhol.

De qualquer modo, é interessante pensar que, na contemporaneidade, as tecnologias de informação e comunicação permitem que mais pessoas possam se identificar como produtores e veiculadores de informação – atividades frequentemente associadas a jornalismo –, algo que antes, na era da chamada comunicação de massa, possuía vínculos estreitos com a questão do emprego em veículos de comunicação. Com a ampliação das possibilidades de emissão, mas também por outras razões de fundo político, legal, cultural e simbólico, vários critérios antes tidos como decisivos na definição da profissão deixaram de ter tanto peso. Assim, as pessoas passaram a se

⁶ A plataforma permite a criação e o abrigo de blogs. Pesquisa feita no dia 25 de agosto de 2010, às 17h40.

sentir mais à vontade para se definirem como jornalistas. E, nesse processo, o próprio sentido da identidade jornalística vai sendo construído, por meio de negociações, tensões, instabilidades e reconfigurações.

Um terceiro aspecto que pôde ser verificado a partir das informações disponíveis na lista do Ministério do Trabalho diz respeito aos jornalistas que conseguiram registro profissional por força de liminar judicial. No Brasil, a posse de diploma em jornalismo era, até julho de 2009, um elemento mais ou menos estável para a definição da identidade jornalística. A partir daquela data, o Supremo Tribunal Federal decidiu que já não seria mais necessário possuir formação superior para se pedir o registro profissional no Ministério do Trabalho. Tal exigência, estipulada por uma lei de 1969, vinha sendo questionada na Justiça desde 2001 e enfrentava uma trajetória de disputas jurídicas. Em 2009 o julgamento em última instância ocorreu, mas durante o decorrer do processo, várias pessoas ajuizaram ações individualmente, tendo conseguido, por força de liminares, o direito de se registrarem como jornalistas (TAB.4 e FIG.6). É o que também mostra o cruzamento dos dados abaixo:

TABELA 4
 Registros de jornalistas sob força de liminar por década

	Antes de 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009
Valor absoluto	2	3	1	6	6	8	8.466
%	0,05	0,2	0,1	0,2	0,08	0,11	15,5

FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil.

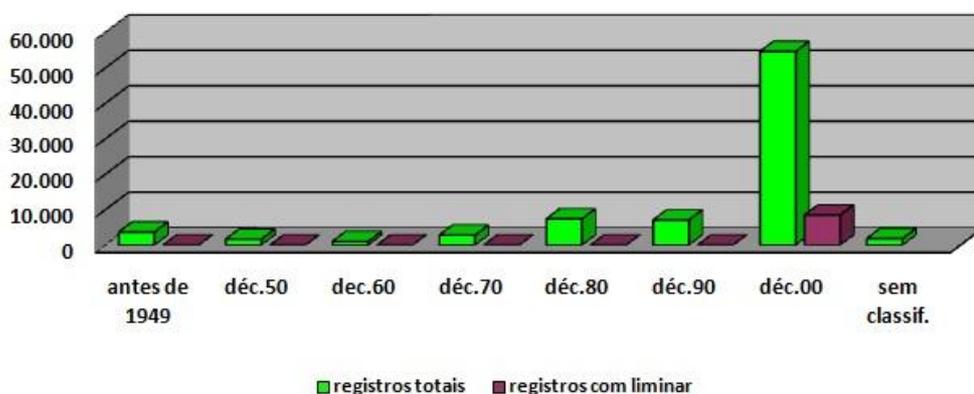


FIGURA 6 – Número de registros profissionais concedidos sob liminar judicial
 FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil.

Como ilustrado (TAB.4), entre 2000 e 2009 mais de 8 mil jornalistas (esse número é superior ao total de jornalistas portugueses!) receberam registro sob força judicial. O aumento exponencial de pessoas sem diploma de jornalismo requerendo status de jornalista é reflexo de que o critério da formação superior específica começou a deixar de ser tão importante para a definição da identidade do jornalista⁷. Ao nos depararmos com esse cenário, questionamos: qual a escolaridade dos registrados sob força de liminar? Já possuem algum diploma superior? Possuem pelo menos o ensino médio completo?

O grau de escolaridade dos jornalistas portugueses foi um dos tópicos investigados pelo CIES. Também seria interessante observar esse aspecto em relação aos brasileiros, principalmente daqui a alguns anos, para se perceber o impacto do fim da obrigatoriedade do diploma sobre o universo jornalístico. Todavia, com os atuais dados fornecidos pelo Ministério, não é possível delinear isso, pois não há qualquer indicação a esse respeito, qualquer referência a variável “escolaridade”. Tampouco se sabe se o MTE possui esses dados, mesmo fora de um sistema de análise estatística, e, ainda, se os tornaria acessíveis a pesquisadores acadêmicos com esse interesse.

Por fim, as últimas informações quantificáveis a partir dos dados sobre registros profissionais de jornalistas no Brasil permitem a classificação por função, segundo denominações criadas pelo Ministério do Trabalho (TAB.5).

TABELA 5
Distribuição de jornalistas com registro segundo função e por década (em %)

FUNÇÃO	Antes de 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009
Redator	47,9	13,5	3,2	2,9	0,11	0,10	0,07
Revisor	11,7	4	2	1,1	0	0	0,03
Diagramador	0	0	0,1	2	5,1	3,5	1,3
Repórter	6,3	4,6	12,6	4,7	0,18	0,22	0,27
Repórter fotográfico	1,2	0,9	1,1	4,9	8,2	7,2	2,6
Repórter cinematográfico	0,03	0	0,1	1,5	2,7	6	2,7
Jorn. profissional	17,7	68,8	75,2	73,3	80,5	81	77,4
Outros*	15,17	8,2	5,7	9,6	3,2	2	15,63

* Outros incluem: rádio repórter, ilustrador, colaborador, funcionário público, arquivista-pesquisador, e ainda aqueles cujo registro está sob o título de função inexistente, noticiarista ou registrado sob liminar

⁷ Sem esquecer o sentido histórico da profissão, vale lembrar que a questão do diploma nunca chegou a constituir um consenso para a classe. A começar, o primeiro século da história do jornalismo é marcado pela atuação de muitos bachareis em direito, por exemplo. A presença mais numerosa de graduados nas redações só se verificará depois do necessário tempo para a solidificação do próprio ensino superior nessa área.



FONTE: Dados primários são do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil.

Essa tabela oferece indicações interessantes a respeito de certas imagens relacionadas à identidade desse profissional relacionada ao tipo de atividade desenvolvida no trabalho. Como é possível notar, a figura do redator e do revisor são bastante evidenciadas até a década de 1950. Os números apenas corroboram as inúmeras pesquisas⁸ que já apontaram que a imagem do literato servia de principal símbolo para o jornalista antes das reformas na imprensa nos anos 50. Nota-se também, que na década de 80, momento de chegada do computador às redações, o número de pessoas registradas como revisores foi a zero. Em compensação, a quantidade de diagramadores é significativamente ampliada. A função de repórter tem números intrigantes: registra crescimento na década de 1960, primeiro período da ditadura militar no Brasil, mas tem redução drástica a partir de 1980. Com a consolidação das reformas iniciadas na imprensa carioca dos anos 50, a imagem sustentada em torno da atividade de reportagem, sobretudo a de repórter investigativo, passa a ser mais simbólica que o serviço de redação ou revisão. Já na década de 1980, o jornalista polivalente, que acumula as funções de repórter, redator e revisor, já não se restringe a uma única atividade. O crescimento da função de assessor de imprensa também impacta sobre o aumento de registros sob a alcunha de jornalista profissional⁹.

Muitas outras interpretações podem ser estimuladas a partir do cruzamento desses dados quantitativos com os estudos já feitos sobre o jornalismo. Porém, muitas lacunas que dizem respeito à elaboração de um perfil quantitativo mais cuidadoso desse profissional só poderão ser preenchidas a partir de uma pesquisa que faça o árduo trabalho de levantamento dos dados estatísticos. As variáveis idade e sexo, por exemplo, tão comuns a pesquisas quantitativas não podem ser mensuradas na lista do ministério do trabalho. Até se tentou fazer a contagem manual da divisão por gênero, a julgar pelo nome das pessoas, porém, alguns nomes próprios são unissex ou incomuns (Lucimar, Valdeci, Themis, Dolor, etc), o que tornou impossível fazer a classificação nesses casos.

⁸ Cf., por exemplo, ABREU, Alzira Alves de (org.) **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007; COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, set. 2000; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977; TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992;

⁹ No caso de Portugal, assessor de imprensa não é considerado jornalista. Há um consenso sindical e legal determinando que essas duas funções são incompatíveis. Essa diferença entre os dois países é mais um aspecto que torna a investigação acerca da identidade do jornalista brasileiro ainda mais cheia de nuances.



Não é correto afirmar categoricamente que o universo acadêmico e os jornalistas brasileiros não têm interesse pelas informações quantitativas sobre o jornalismo no Brasil. A tese de doutorado em Sociologia de Paula Melani Rocha reuniu informações estatísticas de âmbito nacional sobre os jornalistas, principalmente relativas a 1986 e 2001. A autora relata tê-las recolhido de várias fontes: o Sindicato de Jornalistas de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; Federação Nacional dos Jornalistas; Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário – SPES. Entretanto, Rocha não faz uma apresentação global e sistemática dos dados nacionais, mas os distribui pelo texto à medida que a aborda a sua questão prioritária: as mulheres jornalistas, além de ter seu foco sobre o estado de São Paulo.

A Federação Nacional dos Jornalistas, que reúne os 31 sindicatos (27 estaduais e 4 municipais) do país também possui sua base dados contendo as informações sobre os profissionais sindicalizados. Tais informações não estão organizadas de forma sistemática, mas agrupam os dados brutos sobre os filiados ao conjunto de sindicatos que a compõem. Em abril de 2009, quando foi publicada a lista do Ministério do Trabalho com quase 80 mil nomes de jornalistas com registro profissional, a Fenaj contabilizava aproximadamente 40 mil filiados¹⁰. No cruzamento de ambos, pode-se inferir que a taxa de sindicalização entre os jornalistas com registro profissional é de cerca de 50%. Vale reforçar que essa afirmação (ou qualquer outra que se fizer em relação aos dados do MTE), contudo, não deve ser tomada como indicativo absoluto do universo jornalístico no Brasil. Como visto, a lista apresenta incongruências, dúvidas, possibilidades de desvio.

Além disso, é interessante lembrar mais uma vez o contexto de estremecimento das fronteiras que o jornalismo vem enfrentando no momento contemporâneo. O alargamento de algumas instâncias pode levar à percepção de novas categorias de análise – quantitativas e qualitativas – e as transformações no acesso à profissão podem abalar inclusive as maneiras oficiais/institucionais de se contabilizar os pertencentes a esse universo.

Síntese conclusiva

Entre as discussões acerca da epistemologia e da constituição do campo comunicacional no Brasil, é recorrente a afirmação do caráter multidisciplinar desta área

¹⁰ Informação do presidente da Fenaj em 2009, Sérgio Murilo, em entrevista à autora Fernanda Lima Lopes.



de conhecimento. À parte das inúmeras nuances da celeuma em torno da própria concepção do termo comunicação e, conseqüentemente, do escopo da área, existe um aspecto bastante enriquecedor desse debate e, mesmo, do campo comunicacional: o diálogo com outras áreas de conhecimento. Não obstante existam pensadores cuja prioridade dirige-se a delinear marcações e limites para o campo, vale lembrar que as fronteiras não significam apenas elementos de separação, mas pontos de contato e relacionamento. De fato, as estratégias contra o risco de dissolução e indiferenciação são importantes, principalmente do ponto de vista político e econômico em face da atual configuração das instituições de pesquisa e dos sistemas de fomento à produção científica. Entretanto, os pensadores da academia, incluindo os da área de Comunicação, não podem permitir que as exigências e formalidades institucionais ofusquem o proveito teórico que resulta da postura de abertura em vez de fechamento.

Os métodos do CIES para a realização do projeto acerca do perfil sociológico do jornalista português servem de inspiração para os que estudam a identidade do jornalista brasileiro. Mas não é preciso ficar esperando que um trabalho sobre o tema com uma perspectiva e uma metodologia semelhante àquela venha necessariamente da Sociologia. Os pesquisadores ligados à área da Comunicação são plenamente capazes de empreender uma iniciativa como essa, a qual seria não apenas pertinente, como altamente frutífera em termos de referência, embasamento e ponto de partida para outros estudos sobre jornalismo no Brasil.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **La Misère du Monde**. Paris: Éditions du Seuil, 1993

GUINOTE, José Rebelo. (coord.) **Perfil sociológico do jornalista português**. Lisboa: Gradiva, CIES-ISCTE/IUL. No prelo.

LOPES, Fernanda. **Autorreferenciação e construção da identidade jornalística**. Dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2007

_____. A institucionalização do mercado noticioso e seus significados para a construção da identidade do jornalista no Brasil. **Rev. Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 2 p. 61 – 74, jul./ dez 2009.

_____. **O papel da retórica na construção da identidade do jornalista. I Congresso Brasileiro de Retórica**. Ouro Preto, 2010. **Anais...** Setembro 2010.

_____. A importância do conflito na configuração da identidade do jornalista brasileiro. **Rev. Cambiassu**. São Luís - MA, V.1; n.5, p.93-109, Jan/Dez de 2009



ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Tese de doutorado. UFSCAR. São Carlos, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Vol II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.